



PROPRIETÁRIOS E GESTÃO FLORESTAL

Qualquer estratégia a implementar na floresta tem de procurar o envolvimento dos proprietários florestais. Esse envolvimento e o aconselhamento técnico, fazendo uso de várias ferramentas, não dispensam os contactos pessoais. Na floresta, as pessoas contam.



Pedro Reis¹, Ana Novais², Maria João Canadas²

¹ Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária



² Instituto Superior de Agronomia



Introdução

Os proprietários florestais seguem diferentes lógicas de gestão dos povoamentos florestais (Baptista & Santos, 2005). Em estudos recentes, procurámos aprofundar o conhecimento sobre as práticas, atitudes e perceções dos proprietários florestais com povoamentos de eucalipto. A nossa abordagem é de tentar compreender os agentes económicos “proprietários florestais” para um melhor delineamento das políticas públicas, das vias de informação e aconselhamento, e dos mecanismos de interação entre as várias partes da cadeia de valor. Nesta abordagem, os proprietários não são agentes passivos acríticos, mas sim decisores cujas ações têm fundamentos que importa conhecer, perceber e incorporar nas políticas e governação da cadeia de valor.

As práticas florestais e as recomendações técnicas

Num estudo realizado na região Oeste, concelhos de Torres Vedras e Rio Maior, confirmou-se a distinção entre as práticas florestais e as recomendações técnicas, usualmente referidas como as “boas práticas”. Procurávamos, por inquérito junto aos proprietários, tirar uma radiografia detalhada às práticas no terreno e entender as razões dos proprietários que estão na base dessas práticas. Por exemplo, perguntávamos, sobre a instalação do último povoamento realizada, se foi o próprio que escolheu o tipo de plantas; se sim, se seguiu o conselho de alguém, de quem, e porque escolheu esse tipo de plantas.

Os resultados obtidos permitiram-nos concluir que os proprietários de eucaliptais da região do Oeste interessam-se pelo seu património florestal, realizam intervenções silvícolas e investimentos, realizam um número variável de intervenções silvícolas de manutenção, detêm níveis de conhecimento distintos e delegam mais ou menos as decisões de algumas operações florestais em outras entidades. Três resultados ilustram a ligação dos proprietários florestais aos seus povoamentos: são os próprios que gerem os povoamentos florestais (84%); elevada frequência de visitação dos povoamentos

(mais de metade fazem visitas com uma periodicidade, em média, mensal); e grande parte dos inquiridos (85%) reside na proximidade das suas propriedades.

Um resultado revelador do nível interventivo da gestão é a realização de ações de limpezas de mato, numa região de baixo risco de incêndio rural. A área queimada anualmente, entre 2000 e 2012, não excedeu 4% da área total dos prédios da amostra, mas a grande maioria (78%) realiza pelo menos uma limpeza de mato em cada rotação. A seleção de varas é uma das práticas silvícolas onde os proprietários se sentem mais confortáveis nas suas



Figura 1 – Povoamento florestal de eucaliptos.

decisões. Mais de dois terços são os responsáveis pela escolha do número de varas, não têm intenção de alterar este número numa próxima operação de seleção, e cerca de três quartos dos inquiridos responsáveis por essa escolha tomam a decisão baseado na experiência, tendo optado pela resposta “experiência diz-me ser o mais adequado aos meus terrenos”. A fertilização de manutenção, uma operação com menor grau de implementação (apenas 41% dos inquiridos realizam esta operação silvícola), está numa fase mais inicial da aprendizagem de como fazer, e requer um maior nível de apoio técnico aos proprietários florestais. A par das limpezas de mato, é das intervenções com maior peso de trabalho próprio ou de familiares (mais de 50% dos que realizaram esta operação). Os que realizam adubação de manutenção não fazem análise de solos, quase dois terços seguiram, sobre a frequência, tipo de adubo e quantidade a usar, o conselho de um técnico florestal (37% dos que pediram conselho), do fornecedor do adubo (31%) ou prestador de serviços (20%). Esta necessidade de saber por parte dos produtores florestais, esbarra num sistema de inovação agrícola e florestal frágil e fragmentado.

As diferentes lógicas de gestão florestal

A diferença entre a gestão realizada pelos proprietários florestais e as “boas práticas”, não advém necessariamente de falta de informação ou conhecimento, ou falta de racionalidade nas decisões. As opções, lógicas e coerentes, dos proprietários e produtores significam diferentes lógicas de gestão. Num estudo, realizado numa região com grande recorrência de incêndios (Vale do Sousa), comparou-se a resposta ao risco de incêndio de distintos tipos de proprietários florestais não industriais. Procurou-se identificar quais eram os seus objetivos de gestão, não apenas pelos declarados, mas sobretudo através da análise das suas práticas na floresta e das condicionantes (biofísicas e sociais) na gestão dos povoamentos florestais. Foram identificadas três lógicas distintas de gestão e de resposta ao risco de incêndio: mitiga-



Figura 2 – Povoamentos com diferentes modelos de floresta.

dores do risco com vista a rentabilizar a floresta (*MRrentabilizar*); mitigadores do risco com trabalho familiar (*MRfamiliar*); e minimizadores de perdas (*MPerdas*).

Os proprietários *MRrentabilizar* beneficiam das melhores condições biofísicas e sociais para a mecanização das intervenções produtivas e enfrentam menor risco de incêndio. Fazem intervenções de manutenção próximas das aconselhadas pelos técnicos florestais e realizam vários investimentos. Têm uma lógica de minimização do risco de incêndio e maximização do rendimento proveniente da floresta. Os *MRfamiliar* têm propriedades florestais muito pequenas, em zonas com características biofísicas (nomeadamente, o declive) que impõem alto perigo de incêndio. Investem menos do que os do grupo anterior e realizam intervenções de redução de combustíveis com uma periodicidade mais irregular do que o grupo anterior, dependendo da disponibilidade do trabalho familiar, não remunerado. A sua gestão segue uma lógica de compromisso entre objetivo de minimização do risco de incêndio e a minimização de custos. Os proprietários *MPerdas* têm povoamentos com condições biofísicas muito desfavoráveis que tornam as operações de limpeza de matos muito onerosas. Não investem nem realizam intervenções produtivas, procurando deste modo mitigar perdas económicas, caso ocorra um incêndio, porque as operações florestais impõem custos muito elevados que excedem os rendimentos expectáveis da madeira. A experiência mostra-lhes que, independentemente do que fizerem, a floresta vai arder, e se não ar-

der ou a severidade do incêndio permitir a venda de alguma madeira, ainda conseguem obter algum rendimento. A sua lógica de gestão guia-se pela minimização de despesas e a preservação do seu património/herança. Em comum, estes proprietários visam minimizar o risco económico, seja através da mitigação do risco de incêndio, com a realização de intervenções de redução de combustíveis, ou pela não mitigação e ausência dessas intervenções, quando os rendimentos expectáveis não cobrem o custo destas.

Noutra região de baixa incidência de incêndios (Oeste), estudámos as opções técnicas dos proprietários florestais, tendo sido identificados três sistemas: a) *manual*; b) *mecânico*; e c) baixa densidade de plantação (BDP). Estes modelos permitiram-nos enquadrar essas opções em diferentes contextos socioeconómicos (e.g. dimensão da propriedade e contexto familiar) e ter também uma perspetiva evolutiva dos sistemas técnicos (dado que estes se diferenciam também pela rotação em que se encontra o povoamento florestal). O sistema *manual* está associado ao trabalho familiar, a um nível de intervenções reduzido, povoamentos mais velhos, com elevada densidade de plantação, tomadas de decisão pelo produtor de forma mais isolada, e condições menos favoráveis para a valorização da madeira. O sistema *mecânico* é praticado por tomadores de decisão mais autónomos e informados, com uma maior probabilidade de serem membros de uma ZIF ou pertencerem a um grupo de certificação florestal, e conseguem melhores condições de remuneração da madeira. Neste grupo, há um nível

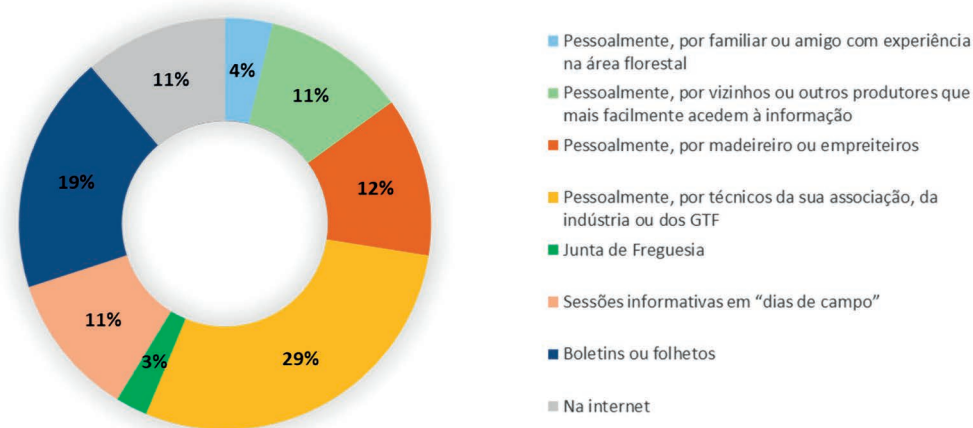


Figura 3 – Como os proprietários preferem receber informação sobre a gestão dos povoamentos de eucalipto.

de intervenção florestal mais elevado, executado com trabalho familiar ou através de assalariados, os povoamentos têm uma densidade e idade intermédia entre os dois modelos. O designado sistema BDP está associado a povoamentos florestais mais novos, com menor densidade de plantação e propriedade de pequena dimensão. São proprietários com menor experiência de gestão, que delegam as suas decisões, recorrem mais à externalização da execução das operações florestais (prestadores de serviços ou madeireiros) e apresentam um nível de intervenção florestal intermédio entre os três sistemas técnicos.

Estes resultados permitem-nos tirar duas conclusões: um condicionamento das opções técnicas pelo contexto familiar (disponibilidade de trabalho), articulação com o enquadramento técnico-económico e as condições mais ou menos favoráveis de venda da madeira; existência de uma tendência temporal de intensificação produtiva nalguns povoamentos (não só com mais intervenções produtivas, mas também com maior delegação de decisões e externalização das operações florestais), e uma tendência de menor intervenção nas zonas mais marginais para a produção.

O saber e o fazer

O estudo realizado no Oeste salientou as diferenças nos modos de decisão técnica e do nível de conhecimento, mesmo entre práticas florestais.

Sem perder a grande referência das diferenças de gestão associadas aos diferentes contextos socioeconómicos (e até biofísicos), é indiscutível a necessidade de aprofundar o nível de conhecimento técnico, baseado em ciência, nas tomadas de decisão na gestão florestal. Hoje, o sistema de inovação na agricultura e floresta é mais complexo, mas frágil e fragmentado, o que coloca mais desafios e premência no seu investimento. Um dos aspetos a observar é a forma como a informação e o conhecimento é transmitido aos proprietários e produtores florestais (e aos técnicos que os apoiam). Há dois resultados do nosso estudo que salientamos: reduzida formação (específica e recente) e pouca disponibilidade dos proprietários para frequentar essa formação; os proprietários florestais são mais indiferentes ao conteúdo do que ao modo de transmissão da informação, manifestando preferência pela comunicação pessoal. 🗣️

Bibliografia:

- Baptista, F.O.; Santos, R. (2005). *Os proprietários florestais: resultados de um inquérito*. Celta, Oeiras.
- Canadas, M.J.; Novais, A.; Reis, P.; Santos, J.L.; Baptista, F.O. (2023). Proprietários florestais. Lógicas, dinâmicas e coordenação na gestão dos espaços florestais. *Silva Lusitana*, 31(1):31–55.